

AVSplus/AHVplus

Por melhores pensões  
de reforma!

2

Sector  
da indústria

É necessário uma taxa  
de câmbio mínima!

3

Ensino de Português  
no Estrangeiro

Greve contra salários  
de miséria!

4



Nr. 4 | Julho 2015 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Política de migração, Iniciativa contra a imigração em massa

## À proposta de lei dizemos NÃO!



**No fim de Maio terminou o prazo de consulta da proposta do Conselho Federal de alterações à lei de estrangeiros. Estas alterações são parte da aplicação da Iniciativa contra a imigração em massa. O Unia e a USS recusam clara e categoricamente a proposta do Conselho Federal porque ela deterioraria as condições de trabalho e alimentaria a xenofobia.**

A proposta do Conselho Federal prevê, entre outras coisas, que o número máximo de estrangeiros seja limitado. Este número deverá ser limitado para todos os estrangeiros, independentemente do seu estatuto legal: refugiados, residentes na Suíça ou fronteiriços. Excluídos dos contingentes estariam as autorizações de estadia inferiores a quatro meses. O Conselho Federal sugere, além do mais, alterações nas partes da Lei de Estrangeiros referentes à integração, à concessão da autorizações de permanência C, bem como ao reagrupamento familiar.

### Simplesmente errado

A proposta de lei quer fazer crer que as e os migrantes são os responsáveis pelos problemas do mercado de trabalho. Não podemos aceitar isto! Na realidade, os migrantes vêm para a Suíça porque, por diferentes motivos, não se consegue preencher os postos de trabalho com habitantes do país. Um dos motivos para este facto é uma política de ensino desadequada às necessidades do país. Assim, em determinadas áreas não é formado o número suficiente de pessoas especializadas. A Suíça tem de «importar» mão-de-obra e aproveitá-la, desta forma, dos investimentos feitos na educação por outros países.

Muitos postos de trabalho são fisicamente cansativos e alguns pouco prestigiados. Também estes trabalhos são sobretudo executado por migrantes porque mais ninguém os quer fazer.

### Precariedade

Na sua tomada de posição sobre a proposta do Conselho Federal, o Unia criticou especialmente o facto de pessoas com uma autorização de curta duração até 4 meses não serem incluídas nos contingentes. Não porque concorde com os contingentes, mas este é o estatuto legal mais precário e se houver limites para os outros permis e não para este, é claro que os empregadores se irão servir dele. A precariedade destes trabalhadores aumentaria. E isto não só deterioraria consideravelmente as condições de vida destas pessoas, como também as condições de trabalho de todos os trabalhadores.

### Adeus aos acordos bilaterais

Além disso, o Unia deixa bem claro na sua tomada de posição: se forem introduzidos contingentes, não haverá livre circulação de pessoas e sem esta deixará de haver acordos bilaterais. Porque o Unia está convencido que a UE não cederá, isto é, os dirigentes europeus exigirão a

livre circulação de pessoas para que os acordos bilaterais se mantenham válidos. E não existem alternativas: a Suíça necessita de relações estáveis e claramente definidas com a UE. Naturalmente sob a condição de que na Suíça só condições de trabalho e salários suíços sejam válidos.

### Integração?

Também a segunda proposta que foi posta à discussão foi avaliada negativamente pela USS. Positivo é, na opinião da USS, que os requerentes de asilo que beneficiem de uma admissão temporária passem a poder trabalhar. A USS recusa, no entanto, que eles façam trabalhos mal pagos e precários e que as suas competências não sejam desenvolvidas. Por outro lado, a USS rejeita categoricamente as cinco iniciativas parlamentares que deverão passar a integrar a lei de estrangeiros. As iniciativas vão, de uma forma geral, no sentido de uma prática mais rigorosa na atribuição do permis C e em caso de reagrupamento familiar. Assim, por exemplo,

as iniciativas prevêm que o permis C possa ser retirado em caso de «integração deficiente».

### Exigir e não promover

Parece que o Conselho Federal, em vez de querer incentivar a integração, exige cada vez mais dos estrangeiros. Em vez de segurança de estadia, há mais insegurança, em vez de mais igualdade de oportunidades há cada vez menos e as famílias não podem viver juntas. Como afirmam Solidarité Sans Frontières e grundrechte.ch na sua tomada de posição: são retirados cada vez mais direitos e impostos mais deveres aos migrantes. Além disso, eles afirmam claramente que, caso estas propostas de lei venham a ser aprovadas, serão mais atingidas as pessoas nas situações mais precárias. Refugiados, cujo estatuto será ainda mais precário se não houver contingentes específicos para eles, e cidadãos de países não da UE ou EFTA quase não terão direito ao reagrupamento familiar.

✉ Aurora García



Importante é garantir os salários suíços, não fechar as fronteiras!

### Editorial



### Estimadas leitoras, estimados leitores,

Estamos hoje longe de uma Suíça aberta e solidária. Pelo contrário. Caminhamos no sentido de isolamento e pouca solidariedade – com a desculpa de que, se a Suíça deixar de ser «atraente», as pessoas não virão para cá. E ficamos indiferentes ao facto de o Mediterrâneo já há muito se ter tornado num verdadeiro cemitério ou de que na Suíça muita gente viva ano após ano, durante décadas, com medo de ter de regressar ao país de origem, que muitas vezes se lhes tornou estranho ou onde correm perigo de vida.

Para muitos é mais lógico dizer que os migrantes que vivem aqui são um problema. Nós, pelo contrário, somos da opinião que quem vive na Suíça faz parte dela. A Suíça que conhecemos hoje também está marcada por nós migrantes. Temos, por isso, de deixar de nos ver como um problema. Porque isso desvia as atenções dos problemas reais. Os ricos estão se tornando mais ricos, os pobres mais pobres. Pessoas idosas, por exemplo, não podem envelhecer em dignidade. Se fôssemos mais solidários, haveria o suficiente para todos. Os estrangeiros são os primeiros a sentir falta de solidariedade: eles são os balões de ensaio para os outros. Uma sociedade sem solidariedade acaba por não se interessar por ninguém. É cada um por si, a lei da selva.

Uma pessoa que viveu a solidariedade, sobretudo entre migrantes, foi Giovanni Giarranna, «cidadão do mundo» e activista do Unia desde o início. Faleceu a 16 de Maio (cf. Horizonte 3 de 2015). Giovanni era um modelo de solidariedade e abertura ao próximo, uma força indomável na luta pelos direitos dos migrantes. Decidamos-lhe este número do Horizonte, por isso é dele a fotografia neste editorial. Termino com a sua frase preferida «La lotta continua!»! Nós continuaremos a tua e a nossa luta, Giovanni!

Aurora García

Secretária nacional pela migração



## Notícias breves

### 14 de Junho: Dois «sins» e dois «nãos»

Nas votações federais de 14 de Junho, a nova Lei de Rádio e Televisão foi aprovada por uma margem muito reduzida. Também aprovado foi que o teste de diagnóstico de pré-implantação possa passar a ser feito legalmente na Suíça. As iniciativas sobre as bolsas de estudo e os impostos sobre as heranças foram, em contrapartida, recusadas.

### Tribunal de comarca confirma direito de entrar nos locais de trabalho

O Tribunal de Comarca de Büsch, cantão de Zurique, absolveu no dia 15.6.2015 um funcionário do Unia de Zurique da acusação de trespasse de local de trabalho. A absolvição confirma mais uma vez que o acesso do sindicato aos locais de trabalho tem de ser garantido para que os sindicalistas possam efectuar correctamente o seu trabalho.

### Salários mínimos no Ticino

Os votantes do cantão de Ticino aprovaram a 14 de Junho uma iniciativa popular por salários mínimos. Politicamente, este é um sinal importante contra o dumping salarial. Mas a dúvida persiste se esta iniciativa chega como forma de o combater. A iniciativa é um passo, mas são necessárias mais medidas fortes contra o dumping salarial.

### Revisão do registo das horas de trabalho

Todas as empresas são obrigadas a fazer o registo das horas de trabalho dos seus empregados para os proteger de trabalho gratuito e horas de trabalho a mais. Mas muitas empresas só o fazem de forma insuficiente. Por isso, os sindicatos e as organizações patronais acordaram que seja feita uma revisão da lei. O Unia assinou o compromisso de muito má vontade, mas exige, como contrapartida, inspecções de trabalho claramente mais eficazes. Se o registo das horas de trabalho for flexibilizado, então as inspecções nas empresas têm de ser melhoradas. O Unia exige, por isso, que os inspectores de trabalho cantonais recebam mais recursos pessoais e económicos para realizar as inspecções. As alterações previstas para o registo das horas de trabalho deverá entrar em vigor no Outono.

### Política sindical internacional

# Acabem com a escravatura nas obras da FIFA!

São catastróficas as condições de trabalho nas obras dos estádios do Mundial de Futebol que terá lugar em 2022 em Qatar. 200 activistas, também do Unia, colocaram no dia 29 de Maio 100 campas simbólicas em frente do Hallenstadion, em Zurique. Com esta acção exigiram do comité executivo da FIFA que assuma finalmente responsabilidade pelo que se passa nas suas obras.

As condições de trabalho nas obras em Qatar são extremamente desumanas. Os trabalhadores da construção, sobretudo migrantes de países do sul da Ásia, são tratados como escravos. Não são respeitados os direitos laborais mais elementares. Devido às condições de vida e de trabalho, já morreram nas obras várias centenas de trabalhadores. Para recordar e homenagear os trabalhadores falecidos, o Unia, Solidar Suisse e a Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM)

colocaram 100 cruzes em frente do Hallenstadion em Zurique.

### Não ao Mundial sem direitos para os trabalhadores!

Já há muito tempo que a ICM lançou a sua campanha «Cartão vermelho para a FIFA – Não ao Mundial sem direitos para os trabalhadores». Com esta campanha pretende não só melhorar as condições laborais dos trabalhadores que constroem os estádios, mas também conseguir melhores direitos para os trabalha-



Cartão vermelho para a FIFA...



... enquanto não forem respeitados os direitos dos trabalhadores.



Campas simbólicas pelas vítimas das obras da FIFA em Qatar.

dores. Em Qatar os trabalhadores não podem, devido ao sistema de Kafala (cada trabalhador necessita de um patrono que lhe possibilite a obtenção de uma autorização laboral e lhe dê o passaporte), filiar-se num sindicato. Estão, por isso, completamente dependentes dos empregadores e patronos.

### Nenhum mundial sobre as campas dos trabalhadores

Não pode ser que um espectáculo emocionante, como o Mundial de Futebol, se realize sobre as campas dos trabalhadores da construção. A

FIFA tem, de uma vez por todas, de assumir a responsabilidade pelas condições desumanas das obras em Qatar. A FIFA tem de garantir que os empreiteiros e os governos dos países que acolhem o mundial cumprem directrizes muito claras. Os direitos humanos e os direitos laborais segundo as normas básicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) têm de ser respeitados. Os trabalhadores da construção que constroem os estádios para o Mundial têm direito a todo o nosso respeito e as suas vidas têm de ser protegidas.

☞ Aurora García

### Previdência, Iniciativa popular AHVplus/AVSplus

# Por uma boa pensão de reforma



Precisa-se melhores pensões de reforma. E elas são possíveis!

O Conselho de Estados do Parlamento deliberou no dia 9 de Junho sobre a Iniciativa popular AHVplus/AVSplus «Por uma AHV/AVS forte». Como se esperava, a maioria de direita conseguiu impor-se, levando o Conselho de Estados a recomendar a recusa da iniciativa. Apesar de haver dinheiro suficiente na Suíça, o argumento mais invocado foi que a aplicação da iniciativa não poderia ser financiada. A iniciativa deverá ir a votação popular no próximo ano. Por isso é necessário desde já que unamos as nossas forças pela AHVplus/AVSplus, porque é urgente um aumento das pensões de reforma!

Começamos pelo conteúdo da iniciativa: ela exige que todas as pensões da AHV/AVS sejam aumentadas em 10%. Este aumento deverá ser um complemento adicionado às pensões de reforma actuais e futuras. Não há alterações nem na forma de cálculo das pensões nem no sistema de reformas hoje em vigor. As outras prestações ligadas à reforma da AHV/AVS e da IV/AI continuarão a apoiar-se

nas pensões de reforma «ordinárias». O complemento de AHVplus/AVSplus também não levaria a quaisquer alterações na previdência profissional. O complemento deverá ser pago com a pensão de reforma corrente o mais tardar dois anos depois da aprovação da iniciativa popular. A grande maioria dos reformados receberá, se a iniciativa for aceite, um aumento de pensão no máximo de 200 fran-

cos ao mês, recebendo os casais 300 francos. A pensão de reforma mínima aumentaria 118, a máxima 235 francos. A reforma máxima limitada para pares teria um aumento de 353 francos até ao valor de máximo de 3'878 francos.

### As pensões são hoje demasiado baixas

Porque é que a iniciativa AHVplus/AVSplus é necessária? Quem se aposenta deve, com as pensões da AHV/AVS e da caixa de pensões, poder continuar a fazer uma vida semelhante à que tinha antes de se aposentar. Assim o diz a constituição. Mas actualmente, reformados que durante a sua vida laboral tinham rendimentos baixos ou médios já não podem viver só das suas pensões. Muitos têm de receber prestações complementares. Isto tem de terminar, as pensões têm de subir!

### AHV/AVS sólida

Ao contrário do que dizem as vozes negativas, a AHV/AVS está sobre bases sólidas. O seu saldo é positivo, apesar do número de pensionistas ser seis vezes superior ao que era no momento da sua introdução: perfaz agora mais de 2 milhões de pessoas. Ela também aguentou bem as alterações estruturais da demografia, a saber, o aumento da longevidade e o decréscimo dos nascimentos – hoje 2,5 trabalhadores a tempo inteiro financiam um reformado ou uma reformada, enquanto que no início da AHV/AVS eram, para isso, necessárias 4,5 pessoas.

### Custos: modestos e justificáveis

Mas a questão principal é: temos dinheiro para pagar a AHVplus/AVSplus? Temos! Um aumento de 10% nas pensões custa cerca de 4.1 mil milhões ou 3,7 mil milhões de francos se contarmos com as poupanças feitas nas prestações complementares. A AHV/AVS é um seguro em parte financiado por cotizações descontadas dos salários. Para melhores prestações de reforma justifica-se que as cotizações sejam mais elevadas. Enquanto que outros ramos da segurança social têm vindo a aumentar continuamente as cotizações para financiar as prestações – como é o caso das caixas de pensões – as taxas de cotização para a AHV/AVS têm-se mantido constantes nos últimos 40 anos. A necessidade de financiamento para um aumento das pensões – em 200 francos para a maioria dos reformados e 350 francos para casais – corresponde a um aumento de cotização de 0,5% do salário por parte de empregados e empregadores. Para quem recebe um salário bruto anual de 54000 francos, o desconto aumentaria para 270 francos ao ano. Em contrapartida, haveria um aumento da pensão de reforma de 2000 francos anuais. Um financiamento através de descontos dos salários é, por isso, justificável. As cotizações salariais para a AHV/AVS de 4,7% para trabalhadores e empregadores continuam a ser baixas. Assim, é claro que a AHVplus/AVSplus é financiável e é um passo em direcção a um aumento das pensões. E isto é urgentemente necessário!

☞ Aurora García



Franco forte, indústria relojoeira

# Taxa mínima de câmbio precisa-se!



Acção de protesto em frente do BNS por uma taxa mínima de câmbio.

**Cerca de sessenta delegados sindicais do Unia de diversas empresas da indústria relojoeira realizaram uma acção de protesto na Praça Federal em Berna. Eles exigem em especial a reintrodução de uma taxa de câmbio mínima para o euro de forma a garantir a continuação da indústria na Suíça. Se o Banco Nacional Suíço (BNS) continuar inactivo, serão destruídos milhares de postos de trabalho no país.**

As recentes quebras dos valores de exportação demonstram que a decisão do BNS de revogar a taxa mínima para o câmbio do euro lançou a Suíça numa crise. O franco exageradamente caro ameaça destruir a indústria – e põe em perigo milhares de postos de trabalho. Uma quebra na indústria levaria também ao desaparecimento dos conhecimentos e do saber fazer dos muitos trabalhadores. Estes são os factores centrais do sucesso da indústria suíça.

## Agir agora!

Os delegados à conferência da indústria do Unia lutam contra a ameaça de desindustrialização. Na acção de protesto do dia 5 de Junho em frente ao BNS em Berna entregaram ao vice-presidente deste, Jean-Pierre Danthine, uma resolução, bem como um despertador grande. A hora que este mostra é 5 para as 12, o que significa que está na hora que o BNS aja, o tempo está a esgotar-se. Os/as trabalhadores/as exigem que

seja implementada imediatamente uma série de medidas para proteger a indústria. As mais importantes são a fixação imediata de uma nova taxa de câmbio adequada para o euro e o reforço da política de juros negativos, de forma a parar a valorização do franco. Simultaneamente exigem que a segurança social seja liberta dos juros negativos, para que as poupanças da população para a segurança social se mantenham seguras.

Só com uma política claramente favorável à indústria suíça é que será possível garantir a nossa produção industrial de alta qualidade – e com ela milhares de postos de trabalho.

Aurora Garcia

Nova geração e posição das mulheres mais forte no Unia

# Vania Alleva nova presidente do Unia

**No dia 20 de Junho, a Assembleia de Delegados do Sindicato Unia elegeu Vania Alleva como presidente do maior sindicato suíço. Simultaneamente, os delegados despediram-se de Renzo Ambrosetti, que se aposentará no final de Agosto, depois uma vida sindical activa de quase 40 anos. Alleva apelou aos delegados para lutarem com todas as forças contra as tentativas neoliberais de baixar salários, piorar as condições de trabalho e dismantelar a previdência social.**

Com a eleição de Vania Alleva como presidente, o Unia conclui uma mudança geracional nos seus órgãos dirigentes. Alleva, de 45 anos, é também vice-presidente da União Sindical Suíça (USS). Ela começou a trabalhar no sindicato em 1997 e foi eleita co-presidente do Unia em 2012. No seu discurso de tomada de posse, perante a Assembleia de Delegados, Alleva marcou as prioridades para os próximos anos:

- maior presença sindical nas empresas e a organização sindical de empresas do sector terciário;
- protecção eficaz de salários e condições de trabalho através de bons contratos colectivos de trabalho;
- equidade e segurança social para todos, em vez de dismantelamento da segurança social e programas de poupança à custa da maioria;

■ boas relações com a União Europeia e melhores medidas de acompanhamento à livre circulação de pessoas, em vez de novas discriminações e contingentes para alguns trabalhadores.

## Despedida de Renzo Ambrosetti

Com Renzo Ambrosetti, os delegados despediram um colega de longa data. Ambrosetti começou há quase 40 anos a trabalhar no Ticino na Federação de Trabalhadores da Metalurgia e Indústria Relojoeira, mudou depois para a direcção do mesmo sindicato em Berna e foi determinante na fusão com o então Sindicato de Trabalhadores da Indústria e da Construção, dando origem ao Unia. Desde a fundação do Unia em 2004 que Ambrosetti era seu presidente. Com a



A nova presidente do Unia, Vania Alleva.

sua enorme experiência no ramo da indústria, Ambrosetti foi uma importante figura de integração dentro do sindicato, mas também fora deste, no contacto com os empregadores e as autoridades estatais.

Véronique Polito (38), actualmente secretária da USS, foi eleita para a direcção do Unia como sucessora de Renzo Ambrosetti. A sua eleição é também sinal da mudança geracional, bem como do peso cada vez maior das mulheres dentro do Unia. O comité director do Unia é agora constituído por cinco homens e quatro mulheres.

Marília Mendes

## Entrevista



# Sinais errados

**Os partidos de direita, sobretudo a UDC, já há muito que exigem uma redução da ajuda social. Este ataque produziu efeitos: no final de Maio a Conferência dos Directores da Segurança Social, que determina o valor da prestação a ser paga, anunciou a introdução de medidas mais rígidas. As possibilidades de sanções serão mais rigorosas e o valor do mínimo vital para jovens adultos baixará. O investigador Carlo Knöpfel, que estuda o fenómeno da pobreza, falou com o jornal work sobre o agravamento previsto.**

**work: Carlo Knöpfel, alguns cantões põem em causa as directrizes da Conferência Suíça das Instituições de Acção Social (SKOS/CSIAS). O que é que se passa?**

O modelo suíço, um modelo até bem-sucedido, está sob pressão. Ele era constituído por um mercado de trabalho flexível com pouca protecção ao despedimento e com uma segurança social elevada. Agora a flexibilização do mercado de trabalho vai avançando, ao mesmo tempo a protecção social é reduzida. Isso tem consequências.

## Quais?

Em época de conjuntura alta havia uma espécie de elevador para cima. Havia sempre alguma coisa que melhorava para todos. Hoje em dia isto já não é assim. A classe média tem medo do declínio social. Só os ricos e os super-ricos continuam no elevador a viajar para cima, um elevador expresso, até.

## Os gastos com a segurança social aumentaram efectivamente ...

Isso é verdade em termos absolutos, mas não em comparação com o desenvolvimento económico. Os gastos com a segurança social não aumentaram a partir dos anos 1990 mais depressa do que a economia. E, ao contrário da opinião corrente, a situação não está descontrolada. Não é verdade que a economia seja sobrecarregada com os gastos da segurança social.

## Mas então porque é que surge precisamente agora a exigência de cortes na segurança social?

Até agora quase não houve cortes das prestações da segurança social, apesar da UDC ter feito deste corte o seu cavalo-de-batalha. Apesar disso, não teve sucesso, não conseguiu que as prestações fossem cortadas. A minha tese é que, por isso, o partido mudou de estratégia. Passou a haver relatos em tom escandalizado de casos isolados e os meios de comunicação repetem-nos até ao exagero. Estou a pensar, p. ex., no caso de Hagenbuch, no cantão de Zurique. A presidente do conselho municipal, da UDC, afirmou que tinha de aumentar os impostos por causa da ajuda social concedida a uma família eritreia. E os meios de comunicação social divulgaram a história. Pesquisas posteriores demonstraram: o município teve de aumentar os impostos porque os tinha baixado antes. E: grande parte dos custos da ajuda social nem sequer foram pagos por Hagenbuch, mas pelo cantão. Mas estas histórias dão uma má imagem a todo o sistema da ajuda social.

## Isso soa um pouco a teorias de conspiração ...

A verdade é: objectivamente não há quaisquer bons argumentos para os cortes. Todos os estudos mostram que os princípios SKOS/CSIAS são demasiado baixos, não altos. Se se quisesse colocar as prestações de segurança social ao nível do rendimento dos 10% mais pobres da população, elas teriam de ser aumentadas em 100 francos. Hoje elas estão ao nível dos 7% mais pobres.

## O que acontece quando há cortes?

O mais importante acontece nos cantões e nos concelhos. São estes que aplicam a ajuda social. Existe o perigo de uma concorrência negativa entre as diferentes localidades. Se uma comunidade fizer cortes nas prestações, a comunidade vizinha pensa que também tem de fazer o mesmo. Eu aviso sempre, por isso, que pode haver a ruptura de um dique. Porque cortes na ajuda social podem ser seguidos por cortes nas prestações complementares (da AHV/AVS). Os partidos da direita vão argumentar: porque são só os mais pobres que têm de apertar o cinto? Por esta lógica vão acabar por exigir cortes também nas pensões de reforma. Politicamente será depois necessário fazer tudo para evitar que isso aconteça.

Ralph Hug, adaptado, work n.º 9, 22 de Maio 2015



Ensino de Português no Estrangeiro (EPE)

# Greve de Professores de Português na Suíça

No dia 20 de Junho, os professores dos cursos de Língua e Cultura Portuguesas na Suíça voltaram a fazer greve para expressar a sua revolta face à situação salarial precária em que se encontram. Após a aplicação dos factores de correcção cambial, os salários dos professores continuarão a ser insuficientes para fazer face às despesas de carácter básico, como habitação e alimentação.



Em todos os centros de exame houve professores que aderiram à greve.

## Greve em todos os centros

Já no dia 23 de Maio os professores tinham feito greve à vigilância das provas voluntárias de avaliação diagnóstica, da responsabilidade do Instituto Camões (IC). A participação na altura foi de 50% e cifrou-se desta vez em cerca de 30%, portanto algo menor do que na primeira greve. A adesão mais forte verificou-se na área de Genebra. Em todos os centros de provas houve professores em greve, facto que levou a que houvesse salas com 30 a 40 alunos vigiados por um único docente.

## Receio de consequências para o próximo ano lectivo

Os professores que não aderiram à greve convocada pelo SPCL fizeram-no, em parte, por receio de que uma nova adesão pudesse ter consequências negativas na atribuição de horários para o próximo ano lectivo ou por temerem a incompreensão dos encarregados de educação. É necessário levar em conta que, nos países em que a «propina» é obrigatória, como na Suíça, os professores do EPE têm os horários dependentes do número de inscrições. Muitos professores re-

cearam assim que os pais pudessem não inscrever os educandos no próximo ano lectivo.

## Certificado caro e inútil

Segundo o SPCL, o certificado de Português como língua estrangeira, a cujas provas os professores fizeram greve, é inútil porque não tem qualquer influência na progressão dos alunos na escola suíça e não serve para um eventual ingresso no sistema escolar português. Ainda segundo o mesmo sindicato, o referido instituto gastou, só na Suíça, cerca de 3.000 euros com o aluguer das salas para as provas, as deslocações dos professores para os centros de provas e, em vários casos, alojamento, devido às grandes distâncias a cobrir pelos mesmos.

A presente greve foi apoiada pelos Conselheiros das Comunidades Portuguesas na Suíça, assim como o sindicato Unia, tendo ambas as entidades enviado manifestações de solidariedade.



Acesso vazio ao centro de exames.

Marília Mendes

Artigo de opinião

# Embaixadores indigentes

Na Suíça há presentemente 84 pessoas que, ao que tudo indica, se encontram inevitavelmente condenados à fome e à indigência. E de que pessoas se trata? São funcionários públicos portugueses, professores colocados na Suíça, a cargo do Instituto Camões e da Secretaria de Estado das Comunidades, para lecionar língua e cultura portuguesas a crianças luso-descendentes.

## Uma tarefa que deveria merecer respeito

Uma tarefa digna de respeito, sem dúvida. E que deveria ser remunerada em conformidade mas não é. Apesar de os docentes em causa terem já, por duas vezes, feito greve à vigilância das provas de avaliação diagnóstica de responsabilidade do Instituto Camões, a tutela continua surda às suas justas reivindicações, tendo-se limitado a enviar aos docentes um comunicado de tom conciliador, agradecendo os serviços prestados e afirmando que o sucesso e a sustentabilidade do EPE dependem dos professores e do seu trabalho em prol da comunidade portuguesa.

Quando os docentes nem têm dinheiro suficiente para pagar a renda da casa, ou não sabem onde arranjar alguns francos para comprar roupa para os filhos, agradecer os serviços prestados e afirmar que o sucesso do ensino português no estrangeiro depende do trabalho dos professores, ao mesmo tempo que se lhes recusa o mínimo necessário para uma vida digna é, sem dúvida, além de total falta de consideração, uma ironia de mau gosto.

## Trabalhadores pobres, ensino em perigo

Os professores passarão à categoria de «working poor», isto é, indivíduos que trabalham, mas que não

recebem salário suficiente para se sustentar a si próprios e muito menos às suas famílias. Muitas vezes os professores no estrangeiro têm sido designados como «embaixadores da língua e cultura portuguesas», título elogioso que não tem qualquer valor para a vida económica dos docentes. Os professores são os pilares que sustentam qualquer sistema de ensino. Se esses pilares vergarem ou quebrarem, de nada adiantará instituir exames, organizar festas escolares e vários tipos de celebrações para fazer crer que tudo corre bem. A realidade é que, a continuar assim, o sistema do EPE está condenado a desaparecer.

Se os encarregados de educação não quiserem que isso aconteça, deverão apoiar muito mais os professores e juntar-se a eles na luta por um bom ensino de português.

Teresa Duarte Soares  
Sindicato dos Professores das Comunidades Lusófonas (SPCL)

# Pergunte, que nós respondemos



## Trabalho temporário em vez de emprego permanente: É preferível o desemprego?

No Verão terminarei o minha formação profissional de cozinheiro. Infelizmente até agora ainda não encontrei emprego. A minha chefe sugeriu-me, por isso, que ficasse até fins de Outubro com um contrato temporário na empresa onde fiz a aprendizagem. Para ser franco, não me apetece ficar a trabalhar no mesmo restaurante e interrogo-me se, em vez disso, não deverei simplesmente inscrever-me no fundo de desemprego. Isso é possível?

É possível, mas aconselhamo-lo vivamente a não o fazer. Se se inscrever no fundo de desemprego, apesar de ter um emprego aceitável em perspectiva, isso é considerado «desemprego por culpa própria».

A consequência: Será penalizado pelo seguro de desemprego com os chamados «dias de suspensão», durante os quais não tem direito ao subsídio de desemprego. Isto quer dizer que nos primeiros três meses em que está desempregado não receberá dinheiro nenhum, tem no entanto de cumprir com todas as obrigações habituais para com os centros regionais de colocação de emprego (RAV/ORP) e as caixas de desemprego. Tem, portanto, de comparecer às marcações na RAV/ORP e de procurar activamente emprego. O mesmo se passaria se simplesmente se despedisse sem ter um novo emprego em vista.

Mas há um outro motivo pelo qual deverá aceitar a oferta da sua chefe: se tiver trabalhado três meses com o salário de um cozinheiro com formação e depois tiver de se inscrever no fundo de desemprego, recebe um subsídio de desemprego maior do que directamente depois de terminar a formação. O subsídio de desemprego é calculado com base no salário médio dos últimos 6 meses.

Timur Öztürk, work, 4.6.2015

## Subsídio de invalidez: Tenho de comunicar um aumento de pensão?

Devido à deterioração do meu estado de saúde, foi feita uma nova avaliação da minha pensão de invalidez (IV/AI). Vou, por isso, passar a receber retroactivamente uma pensão mais elevada. Além disso, recebo ainda prestações complementares. Uma colega disse-me que tenho de informar os serviços cantonais de prestações complementares do aumento de pensão. É verdade?

Sim, deve fazê-lo sem falta. Todas as alterações importantes de rendimentos ou nos bens têm de ser imediatamente comunicadas aos serviços de prestações complementares competentes. Porque recebe uma pensão de invalidez mais elevada, houve uma alteração na base para o cálculo das prestações complementares. A senhora dispõe agora de mais dinheiro do que no início. Os serviços de prestações complementares podem, então, alterar a decisão inicial e adaptar as prestações complementares durante o corrente ano civil. É importante ter em conta: se posteriormente se verificar que alguém com direito a prestações complementares tinha mais bens do que os que eram conhecidos ou foram declarados no momento em que o cálculo foi feito, essa pessoa terá depois de repor todo o dinheiro que recebeu a mais.

Philip Thomas, work, 7.5.2015

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber work, Gewerkschaft Unia, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, D. Filipovic, E. Sariaslan, M. Martin, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout C. Lonati, Unia | Druck NZZ Print, Zürcherstrasse 39, 8952 Schlieren | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft.  
Le Syndicat.  
Il Sindacato.

www.unia.ch